

# Colônia de Férias é palco da 105ª Reunião do Conselho da Fenavenpro



Hasteamento da bandeira:  
José Alves Guimarães, Pedro Alexandrino Lupinacci, Hélio Manfredini e Vítor César Lamanczyk

A reunião anual, ocorrida no Espaço Antônio Carlos de Amorim, contou com 25 delegados votantes que debateram, entre outros temas, a *Reforma Sindical no Brasil*, *O Papel dos Genéricos* e a filiação da Fenavenpro à Nova Central Sindical de Trabalhadores. Os membros do Conselho demonstraram preocupação com a política social e econômica do atual governo federal e com as propostas da Reforma Sindical que, segundo eles, “ameaçam a organização sindical e os direitos trabalhistas.” Matéria nas páginas 9, 10, 11 e 12.



Edson Ribeiro Pinto faz considerações sobre o Conselho, ladeado por Reginaldo Allemand Damiano (esquerda) e Ayrton Rodrigues de Almeida



Edson recebe a juíza dra. Antônia Mara Vieira Loguercio, brilhante e ferrenha defensora dos direitos trabalhistas e sindicais

## Aposentadorias: achatamento

Desde 1º de dezembro de 2005 as aposentadorias por tempo de serviço concedidas pelo INSS estão mais achatadas. A redução média é de 0,6% em relação às concedidas em novembro de 2005. Nos últimos sete anos o achatamento acumulado para quem começou a trabalhar aos 18 anos de idade foi de 31,3% (homens) e 42,5% (mulheres). Página 4.

## Câmara adia PL 1.528/89

A Comissão de Trabalho da Câmara adiou para 2006 a votação do projeto de lei que regulamenta o artigo 8º da Constituição (organização sindical). Contrários ao substitutivo Zimmermann, a Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST) e o Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST) compareceram em peso à Câmara. Página 3.

**Nuclave chega aos 15 anos de conquistas, incorporadas na qualidade e no profissionalismo. Veja novos cursos para 2006 nas páginas 6 e 7.**

# O PARAVO DO VENDEDOR

Ano 53 - nº 453 - São Paulo - novembro/dezembro - 2005

*Nossos conhecimentos fizeram-nos céticos:  
nossa inteligência, empedernidos e cruéis.  
Pensamos em demasia e sentimos bem pouco.*

*Mais do que de máquinas,  
precisamos de humanidade.  
Mais do que de inteligência,  
precisamos de afeição e doçura.  
Sem essas virtudes, a vida  
será de violência e tudo será perdido.*

*(Charles Chaplin)*

*Feliz Natal  
Feliz Ano-Novo*

## A devida reforma sindical

Agita o governo, novamente, o andamento de seu projeto de reforma sindical, já amplamente rejeitado pela quase totalidade dos trabalhadores brasileiros. A rejeição, na verdade, é até intuitiva, visto que este - e governo passado fizeram em matéria sindical - cumprindo determinações externas, foi para prejudicar o trabalhador. Assim, se é deste governo, não deve ser coisa boa. Página 2.

## Mudanças ou continuísmo?

Às vésperas de um novo ano pleno de incertezas na economia e na política, os analistas produzem pensamentos que precisam ser considerados pelos brasileiros. Entre muitos, e antes de avançar, é preciso lembrar a forte ligação entre essas duas esferas de ação humana, que agem e reagem em sínteses às vezes positivas, outras negativas. Página 2.

## Sinvenpro tem nova diretoria

Os co-irmãos paraibanos, em eleição ocorrida em 23 de outubro, escolheram novos dirigentes. A cerimônia de posse ocorreu no mesmo mês, em Campina Grande (PB). Página 8.



Edson saúda os empossados

Marcos Roberto de Góes Belfort, presidente do Sinvenpro, recebe cumprimentos de Edson Ribeiro Pinto



## EDITORIAL

## A devida reforma sindical

Agita o governo, novamente, o andamento de seu projeto de reforma sindical, **já amplamente** rejeitado pela quase totalidade dos trabalhadores brasileiros.

A rejeição, na verdade, é até intuitiva, visto que tudo que este - e o governo passado fizeram em matéria sindical - cumprindo determinações externas, foi para prejudicar o trabalhador.

Assim, se é do governo, principalmente, se é deste governo, não deve ser coisa boa. E o pior é que não é mesmo coisa boa. Insiste em seu projeto, já rejeitado pelas lideranças sindicais, justamente porque é concentrador, além de reintegrar o Ministério do Trabalho como definidor e controlador das aberturas e registros sindicais.

Além disso, impõe a ditadura das Centrais Sindicais e torna os empregados facilmente controláveis, eliminando as representações por

categoria profissional e reduzindo-as apenas às funções preponderantes (isto é, **desqualifica** a representação, pois, um dirigente sindical da categoria majoritária na empresa **nunca** poderá entender as necessidades dos empregados de categorias diferenciadas, e, portanto, **nunca** se interessará - e por eles não lutará - para atender seus pleitos específicos). Ou seja, pouco importa os limites de percentuais alegados de representação, já que para as categorias diferenciadas, **como a nossa**, não haverá representação alguma se o projeto do governo passar.

A reforma necessária é que as lideranças sindicais nacionais apresentaram como alternativa ao projeto do governo.

Na verdade, a reforma necessária é a de melhoria e não de "piora" como propõe o malfadado projeto do governo. Basta se regulamentar o artigo 8º da Constituição Fe-

deral de 1988 e seus incisos, e demais artigos seguintes, que esperam esta providência há mais de 17 anos!

O fundamental, na realidade, num regime de **independência** dos sindicatos em relação ao Estado - como é o sistema adotado corretamente pelo constituinte de 1988 -, é se criar o **órgão privado gestor da unicidade sindical**, órgão este que decidiria administrativamente todos os conflitos entre entidades sindicais e que imporá o respeito à representação e à sua titularidade, analisando e aprovando/rejeitando os pleitos de novos sindicatos, fusões e desmembramentos, bem assim administrando a classificação de atividades e funções. Este órgão deve ser montado por todo o espectro sindical, votado pelos trabalhadores, de cunho administrativo/político/sindical e com base em órgão técnico com auditores, para pareceres técnicos. Auditores com garantia de

mandato, cargo e salário. E, ademais, garantido aos que se sentirem prejudicados o acesso ao judiciário, como é do sistema de nossa Constituição. O Sindicato somente seria registrado, formalmente, para adquirir a personalidade jurídica, em órgão estatal, **depois de aprovado pelo órgão próprio da organização sindical aqui alvi-**

**trado.** Sem este órgão, agora privado - que substituiria a antiga C.E.S., órgão público, que administrava toda a estrutura sindical e era instrumento de controle sindical pelo governo - não é possível se falar em reforma sindical, em sindicatos independentes, em definição pelos trabalhadores de suas representações etc.

Deste modo, mais uma vez **conclamos** todos os líderes sindicais, em especial os de categorias diferenciadas, para se unirem contra o projeto do governo, visto que o

sucesso do referido projeto acarretará a **extinção** de nossos sindicatos e a **extinção** da representação dos trabalhadores de categorias diferenciadas que perderão a voz na empresa, no Judiciário, no Legislativo, e no próprio Executivo.

Portanto, somente a união de todos em torno de um projeto alternativo que regulamente o artigo 8º da Constituição, com garantia de representação para todas as categorias de trabalhadores, em especial as diferenciadas, é que tornará o sistema sindical nacional justo e moderno, sem as amarras do governo e sem a ditadura das centrais sindicais (que podem ter sua representatividade, mas não podem querer se impor às demais entidades sindicais, controlando-as e mesmo interferindo nas suas organizações, como consta do projeto do governo).

**Abaixo o projeto de reforma chapa-branca!**

## OPINIÃO

## Brasil 2006: Mudança ou continuísmo na economia?

*Vicente da Costa*

Às vésperas de um novo ano pleno de incertezas na economia e na política, os analistas produzem pensamentos que precisam ser considerados pelos brasileiros. Entre muitos e antes de avançar, é preciso lembrar a forte ligação entre essas duas esferas de ação humana, que agem e reagem em sínteses às vezes positivas, outras negativas. Como o país é de pobreza secular, o desenvolvimento econômico tem na determinação política seu mais forte apoio. Por exemplo, em 55 anos, de 1901 a 2005, a média expressiva de crescimento econômico alcançou 4,9. Esse período abrangeu governos fortes de determinação desenvolvimentista, como Vargas, na ditadura dos anos trinta, a democracia dos anos cinquenta com Juscelino, os militares na excepcionalidade de 1964/1985. Mas também governos fracos, confusos e inoportunos, como Washington Luís nos anos que precederam a ditadura, a nova fase democrática de Getúlio Vargas que culminou com seu suicídio; também nos anos cinqüen-

ta, Jânio Quadros e sua renúncia mal explicada; José Sarney em seu mandato substituto e de alto custo político para permanecer no cargo, além de Fernando Collor, iniciador da era corruptora dos anos noventa.

O período de 1990 até 2005 será lembrado como o pior, pelo menos até agora. Fernando Henrique e Lula, de 1995 até o presente, e dando continuidade ao que Collor iniciara com o denominado controle neoliberal da economia, conseguiram a façanha de alcançar média menor do que 3: No período 1995/2002 de FHC, o crescimento alcançou 2,3. A seu favor, houve crises financeiras internacionais de 1997/99, o terror mundial do "11 de setembro" e a "ameaça PT" nas eleições de 2002. De 2003 a 2005, ainda não encerrado, talvez chegando a 2,8, Lula tem contra si o fato de a economia mundial nesse período ter navegado em céu de brigadeiro e alcançando a média de 4,4. Além desses resultados negativos no confronto mundial, o Bra-

sil ficou refém de uma dívida que não parou de crescer e se estabiliza, por ora, num patamar que exige formidável centena de bilhões de dólares para satisfazer os rentistas credores. Aí reside nossa desgraça social, já que devemos ser honrados pagadores, mesmo à custa da fome e miséria deste povo cheio de potencialidades territoriais e virtudes profissionais. Como a dívida atingiu esses patamares e aonde foi aplicada (desde o início, se é que seja possível entender tal processo de crescimento) essa dimensão de dinheiro, é a questão.

Mas a conseqüência para o quadro social tétrico não pára aí. As exigências dessa honradez de governo pagador de dívidas com o dinheiro público fizeram do cidadão produtor o maior contribuinte do planeta. Em relação ao PIB - Produto Interno Bruto - saímos de algo acima dos 25 no início dos anos noventa, para atingirmos durante os anos FHC e Lula as marcas recordes de mais de 38, quase 40 de carga tributária. Bem

acima de um terço do que é nacionalmente produzido é para pagar tributos. Mas, ao invés de essa proporção construir através do Estado uma sociedade menos pobre, ao contrário constata-se que os investimentos sociais e de infra-estrutura, para o crescimento produtivo, nunca estiveram tão proporcionalmente deprimidos. Mais ainda, outros dois itens do desenvolvimento econômico: o desemprego saiu de taxas próximas de 7 para atingir mais de 12 atualmente, quando seu recuo de décimos é festejado como se fora a salvação da pátria; a renda, complemento indissociável do emprego, por seu lado continua a cair em sua média decenal. No caso do desemprego estamos falando de pessoas, gente, aos milhões. A pirâmide social de distribuição de renda é deletéria. A concentração de muito em mãos de poucos é imoral e antiética do ponto de vista social. Porém, a festa dos incluídos leva seu ruído a toda sociedade, faminta de produtos de marca, de alimento, de lazer, de vida en-

feitada pela produção mercadológica de imagens, gerando ansiedades não satisfeitas, frustrações e promovendo as vias de violência e criminalidade para muitos que desprezam a lei e a moral pública a fim possuir os bens prestigiados.

De outro lado, o Estado, como entidade institucional que abriga leis e governos, em suas vertentes executivas, legislativas e, o que é pior, na esfera jurídica, parece derreter em suas estruturas. Enquanto o setor privado de capital altamente agregado se aperfeiçoa no objetivo de atingir a eficácia na gestão de seus objetivos, o Estado fica mais distante ainda de um mínimo proporcional que corresponda às exigências de seu povo no campo social, e da economia no campo produtivo. Há certa perplexidade e horror na relação Estado/sociedade de nossos tempos, no Brasil.

Ainda que o contínuo impulso econômico ortodoxo dos inícios dos anos noventa até agora tenha



## OPINIÃO



sido aplicado com louvor pelos gestores governamentais dessa área e de acordo com os banqueiros nacionais e internacionais, devidamente representados pela agência magna, o FMI, a face política desses mesmos governos não agiu conforme a demanda de seus eleitores. Os anos FHC, em dois mandatos, chegaram a tal descrédito popular que, superando o medo e derrotando o candidato alternativo da situação, os eleitores votaram na esperança oposicionista de mudança. Mudança dessa forma de gerir a economia. O terror de um PT vermelho, que se vestiu de rosa e recitou poesias nacionais de preservação de um capitalismo

suavizado, foi vencido. Porém, surpresa geral: a dose do antigo remédio econômico então foi aumentada; os banqueiros estão rindo à toa e a situação social, na mesma, ou com menos esperança ainda. Neste ano de 2005, além disso, pudemos sentir o amadorismo da corrupção dos anos Collor e perceber sua progressão para patamares profissionais e organizados sob o comando do grupo petista que assumiu o poder.

Alguns analistas são felizes em sua descrição de certas realidades: Fernando de Barros e Silva, da Folha de S. Paulo, em sua edição de 30 de outubro, ao tratar da

“República do mensalão”, quando a coordenação petista do máximo poder foi sendo desacreditado conforme as evidências das CPIs, ao falar do presidente, diz: “Lula agiu como sempre - omitindo-se. Seu couro já correu mais perigo - é verdade, - mas sua imagem sai do episódio ainda mais danificada. Pilatos de ocasião, o presidente reforça a percepção de que é um espertalhão autocentrado, um deslumbrado consigo mesmo e com o poder, alguém sem convicções ou idéias na cabeça - e cujo único patrimônio é ainda a capacidade intuitiva de interagir sentimentalmente com as massas que segue embromando”. Creio que, de fato,

essa é a imagem aceita por milhões de eleitores, ainda que com outras palavras.

Mas como mudar tudo isso? Não é coisa para nenhum micro ou macro-super-homem. Face à multinacionalidade dos problemas e à complexidade nacional do emaranhado político, é coisa de projeto democrático de nação, com o apoio de vasta parcela da elite econômica, dos bons políticos que ainda restam, da adesão de intelectuais e técnicos que possam gerar idéias alternativas, o apoio da maioria dos eleitores e, com isso, a coragem de enfrentamento aos poderes que se sustentam nos resulta-

dos da política econômica atual. O que importa é a união que amplie a força política em torno de um projeto de mudança, e não a manutenção da tibieza de conservadores que, confortáveis em suas posições, querem aguardar que o embalo dos contos de natal toque a nave da sociedade brasileira, ávida em alcançar sua grandeza e bem estar social.

Vicente da Costa  
é mestre em Sociologia,  
doutor em Ciência Política e  
consultor em Gestão  
e Organização.

## REFORMA SINDICAL

## Amplo acordo transfere para 2006 a regulamentação do artigo 8º da Constituição

Marcos Verlaine

Num dia e numa sessão atípicas [13/dezembro/2005], a Comissão de Trabalho da Câmara adiou para 2006 a votação do projeto de lei que regulamenta o artigo 8º da Constituição (organização sindical). O dia era atípico porque o deputado Ricardo Fiúza (PP/PE) morrera na noite anterior e os trabalhos da Comissão não foram suspensos, como normalmente acontece em casos assim.

Outra novidade foi a realização da sessão do colegiado no auditório Nereu Ramos da Câmara, com capacidade para 400 pessoas sentadas, dado a quantidade de dirigentes e ativistas sindicais que compareceram para acompanhar os debates sobre o PL nº 1.528/89, do ex-deputado Jones Santos Neves, que regulamenta o artigo 8º da Constituição. Segundo a segurança da Casa, cerca de 600 dirigentes lotaram o auditório com capacidade para 400 pessoas sentadas.

O clima de confronto e divisão entre os que acompanhavam a sessão marcou este último debate do ano na Comissão. Contrários ao substitutivo Zimmermann, a Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST) e o Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST) comparece-

ram em peso, como ocorreu dia 7 de dezembro último.

Favoráveis ao texto do deputado gaúcho, CUT e Força Sindical se fizeram presentes no debate e forçaram a construção de um entendimento. Diferentemente do debate anterior, quando estavam em completa situação de inferioridade numérica.

### Acordo

Antes de a sessão começar, os membros da Comissão fizeram uma reunião reservada e produziram um amplo acordo para que os três deputados que têm proposição sobre a organização sindical retirassem seus respectivos textos. Assim o fizeram.

O relator dos projetos que versam sobre a regulamentação do artigo 8º, deputado Tarcísio Zimmermann, retirou seu substitutivo. Ele realçou “a complexidade do debate sobre a organização sindical” expressa no auditório completamente lotado e literalmente dividido. O deputado disse ainda que trabalhou “com abertura e despojamento para avançar na regulamentação do artigo 8º da Constituição”. E acrescentou que ainda

não havia iniciado a discussão com o patronato, “parte legítima nesse debate”, destacou.

Durante sua intervenção, Zimmermann chamou a atenção para um aspecto novo que veio à tona com o debate da reforma sindical: sua “esperança de caminhar para [a construção da] democracia no local de trabalho”. E agregou: “Levar a democracia para o local de trabalho é o nosso desafio”.

### Discussão nos estados

A deputada Dra. Clair (PT/PR), outra importante personagem neste debate, também retirou seus dois substitutivos sobre o tema. E propôs à Comissão reuniões quinzenais para discutir a organização sindical e ainda fazer reuniões da Comissão nos estados, a fim de produzir ampla e democrática discussão sobre tema tão relevante e caro ao movimento sindical.

Clair acrescentou que “os deputados não podem votar um projeto [tão complexo] à revelia do movimento sindical”.

### Construção do consenso

Outro importante ator do debate

sobre a organização sindical e também sobre a reforma sindical do Governo foi o deputado Marcelo Barbieri (PMDB/SP), que retirou seu voto em separado “para avançar na construção de um consenso, para avançar no debate”, destacou. Barbieri disse ainda que a Comissão deve, na próxima sessão legislativa, “dar prioridade para a regulamentação do artigo 8º da Constituição”, enfatizou.

Ao falar, o deputado fez uma retrospectiva do debate acerca da organização sindical, que “remonta ao período pós-constituente [1989]”. E disse também que a Comissão deve priorizar a regulamentação do artigo 8º, pois “sem essa regulamentação, qualquer um que chegar à Presidência [da República] pode fazê-lo por meio de medida provisória”.

Ao finalizar sua intervenção, Barbieri disse que “estamos [a Comissão] avançando para construir uma proposta a mais consensual possível para garantir a livre e independente organização sindical dos trabalhadores brasileiros”. “Será feito um novo relatório que terá que representar o consenso dos interesses das centrais”, se comprometeu o deputado.

### Dois relatores, um compromisso

Diante do insolúvel e interminável impasse, que certamente não seria, como não foram resolvidos em todos esses meses de discussão, o presidente da Comissão, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN), indicou como relatores de uma nova proposição a ser construída sob o consenso, os deputados Tarcísio Zimmermann e Marcelo Barbieri.

O mandato de Henrique Alves à frente da Comissão se encerra dia 14 de dezembro de 2005. Assim, ele que foi o responsável pela boa e reconhecida condução dos debates sobre a organização sindical disse que o colegiado não pode “concordar que o tema [regulamentação do artigo 8º] vá para as ‘calendas gregas”.

Ele pediu ainda que “todos os deputados que sejam reconduzidos para a Comissão de Trabalho na próxima sessão legislativa assumam o compromisso de colocar como primeiro item da pauta a regulamentação do artigo 8º”.

## ANÁLISE POLÍTICA

## Fator previdenciário é responsável por novo achatamento nas aposentadorias

Silvia Bárbara

Desde 1º de dezembro de 2005 as aposentadorias por tempo de serviço concedidas pelo INSS estão mais achatadas. A redução média é de 0,6% em relação às concedidas em novembro de 2005.

Nos últimos sete anos (tomando por base novembro de 1998) o achatamento acumulado para quem começou a trabalhar aos 18 anos de idade foi de 31,3% (homens) e 42,5% (mulheres). A redução para os professores e professoras de educação básica foi de 42,5% e 51%, respectivamente.

A pilhagem atende pelo nome de fator previdenciário, implantado a partir de dezembro de 1999. Trata-se de um redutor aplicado sobre a média das contribuições previdenciárias que serve de base de cálculo para as aposentadorias.

O fator previdenciário é definido por três variáveis - a idade, o tempo de contribuição e a expectativa de vida do trabalhador na hora de aposentar-se.

A lógica é a seguinte: o valor do benefício passa a ser pago não apenas em razão do que o trabalhador recolheu para a Previdência, mas principalmente pelo tempo que o INSS terá que lhe pagar a aposentadoria. Quanto maior a expectativa de vida, menor será o valor do benefício, ainda que ele tenha contribuído pelo tempo garantido na Constituição.

Em tese, o trabalhador deveria adiar a sua aposentadoria para reduzir o impacto do fator previdenciário.

Considerando a tabela atual, uma pessoa que começou a trabalhar aos 18 anos só tem direito à aposentadoria integral se contribuir por 41 anos (homens) ou 39 (mulheres). Professores de educação básica precisam ter 39 (homens) e 37 anos de contribuição (mulheres).

A Constituição garante aposentadoria - sem limite de idade - aos 35 anos de contribuição para o homem, 30 para a mulher e o professor de educação básica e 25 para a professora de educação básica. Vale a pena atrasar a aposentadoria por mais 6, 9 ou 12 anos? É claro que não, especialmente se considerarmos que o fator previdenciário muda a cada doze meses em razão do aumento da expectativa de vida, como se verá adiante.

### Achatamento crescente

Todo mês de dezembro o IBGE divulga nova tabela de sobrevivência. Esta tabela serve para calcular o fator previdenciário que vigorará de dezembro daquele ano a novembro do ano seguinte. Como os dados do IBGE apontam para uma contínua elevação do tempo médio de vida dos brasileiros, o valor inicial das aposentadorias sofre considerável redução a cada ano.

Para ficar num exemplo concreto: imagine um homem que tenha começado a trabalhar aos 18 anos e decida aposentar-se depois de 35 anos. Suponha que a média de suas contribuições tenha resultado em R\$ 1.200. É sobre este valor que o fator previdenciário será aplicado.

Se sua aposentadoria foi concedida em novembro de 2005, seu benefício ficou em R\$ 826,92 (68,91% do que pagou ao INSS). Se tiver o azar de completar os 35 anos em dezembro, receberá menos ainda: R\$ 820,56, que correspondem a 68,38% de seu salário de benefício. Aqui, a diferença foi de 0,8%.

Se um outro homem aposentar-se em dezembro de 2006 com o mesmo tempo de serviço e idade receberá um benefício ainda menor, porque já estará em vigor uma nova tabela.

O gráfico ao lado mostra a evolução histórica do fator previdenciário desde a sua implantação, em dezembro de 1999.

Convém antes dar algumas explicações. Entre 1999 e 2004 o fator previdenciário foi aplicado gradualmente. Por esta razão, o seu impacto não foi sentido de imediato. No gráfico, considerou-se a aplicação integral do fator para que o leitor possa comparar a variação de ano para ano e perceber o que lhe espera daqui pra frente.

### Ajuste fiscal e reforma previdenciária

Cabe lembrar que a redução ocorreu apenas nos benefícios e não nas contribuições. Isso significa que parte dos recursos pagos ao INSS não é devolvida ao trabalhador sob forma de aposentadoria.

Este dado é especialmente importante agora que a direita



perdeu a vergonha de defender nova reforma sob uma duvidosa alegação de déficit.

Mudanças no sistema previdenciário de longo prazo são necessárias por conta da mudança no perfil demográfico de uma sociedade. No Brasil, entretanto, a reforma se reduz a um mero ajuste fiscal, que transfere a riqueza gerada pelos trabalhadores para outros fins. E prepara o terreno para a privatização do sistema.

Para quem duvida de uma próxima reforma na Previdência, um aviso: tramita na Câmara dos Deputados uma proposta de emenda à Constituição (PEC 157/2003) para convocação de

uma Assembléia de Revisão Constitucional que deverá funcionar por um ano, a partir de 1º de fevereiro de 2007. O projeto facilita as mudanças na Constituição Federal, reduzindo o quórum de aprovação para maioria simples dos parlamentares (50% + 1). Hoje, são necessários 2/3.

Por isso é bom ficar atento, porque vem chumbo grosso por aí!

Silvia Bárbara  
é diretora da Fepes  
e colaboradora  
do DIAP.

(Transcrito do jornal do Diap de 13/dez/2005)

## Pesquisa aponta que leitura de jornal faz diferença

Os jornais brasileiros são instrumentos fundamentais na construção da cidadania, têm grande credibilidade junto à população, vêm crescendo em circulação, empregam dezenas de milhares de pessoas, prestam relevantes serviços de responsabilidade social e representam um importante segmento da economia do país.

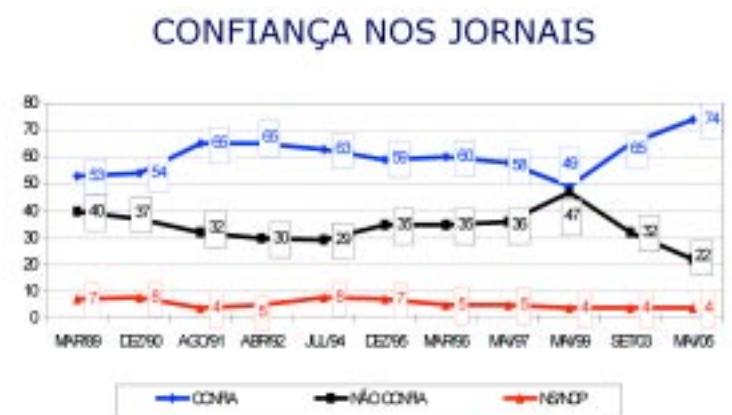
Essas e outras conclusões que traçam um perfil da indústria jornalística brasileira estão contidas em dois trabalhos divulgados dia 1º de dezembro pela ANJ (Associação Nacional de Jornais) no evento "A Força do Meio Jornal", realizado em São Paulo. As conclusões dos levantamentos feitos pela

ANJ foram apresentados pelo presidente da entidade, Nelson P. Sirotsky. As principais são:

- Até agosto, a circulação dos jornais brasileiros aumentou 5%;
- Em 2004, a circulação diária média foi de aproximadamente 6,5 milhões de exemplares;
- Pesquisa do Ibope mostra que os jornais brasileiros são o meio de comunicação considerado de maior credibilidade, com 74% de índice confiança;
- Pesquisa do Ibope mostra que quem lê jornal tem maior consciência social e liderança de opinião, tanto na base como topo da pirâmide social;

• Essa mesma pesquisa indica que os leitores do jornal são aqueles com melhor colocação e realização no mercado de trabalho;

- Relatório de Responsabilidade Social publicado pela ANJ mostra que 63% dos jornais pesquisados dão transparência às suas atividades por meio desses princípios públicos;
  - 51 jornais brasileiros desenvolvem programas de estímulo à leitura.
- O que é de estranhar na pesquisa é que ela foi feita em 25 maio de 2005, e divulgada apenas no fim do ano. Isso por interesse de quem? Veja o gráfico do Ibope e tire suas conclusões.



## VOCÊ E A PREVIDÊNCIA

## Vida mais longa reduz valor da aposentadoria

*Expectativa de vida maior achata benefício inicial em 0,5%.*

*Para compensar perda, será preciso trabalhar mais*

*Marilena dos Santos Seabra*

Nos últimos sete anos, os brasileiros têm recebido uma boa e uma má notícia no início de dezembro. A boa: a expectativa de vida será maior. A má: por viver mais, as aposentadorias pagas no futuro serão menores. Para neutralizar essa diferença, só há um caminho: trabalhar mais - em outras palavras, adiar o início do recebimento do benefício.

Isso ocorreu com a divulgação da Tábua de Mortalidade de 2004 pelo IBGE.

O efeito dessa sobrevivência a mais é que os trabalhadores que forem se aposentar neste mês te-

rão o benefício inicial reduzido em 0,5% em relação ao mês passado. Motivo: desde 1999 a expectativa de vida passou a ser um dos componentes do fator previdenciário criado pela lei nº 9.876.

O fator leva em conta a idade do trabalhador, o tempo de contribuição, a alíquota de recolhimento (única, de 31%) e a expectativa de vida ao se aposentar. As tábuas são usadas de dezembro de um ano a novembro do ano seguinte.

Segundo cálculos do atuário especializado em previdência Newton Conde, serão precisos dez meses a mais de trabalho para com-

pensar a queda de 0,5%.

Outro detalhe que deve ser analisado é que, ao completar um ano a mais de contribuição, o fator previdenciário dá um salto, aumentando entre 6% e 7%, cobrindo com folga a redução de 0,5% provocada pela tábua. Portanto, antes de requerer sua aposentadoria consulte a Previdência Social para saber qual é o melhor período para requerer seu benefício.

*Marilena dos Santos Seabra atende em nossa Sede as terças e quartas-feiras. É necessário marcar hora para atendimento.*

## Trabalhador não precisa deixar emprego para se aposentar

*Exceção é a aposentadoria por invalidez*

O trabalhador precisa se afastar da empresa para se aposentar? Essa é uma dúvida comum dos segurados da Previdência Social. Isso porque, até julho de 1991, o desligamento da atividade era exigido de quem fosse solicitar aposentadoria por tempo de contribuição, por idade ou especial. A exigência, porém, deixou de existir a partir de 24 de julho de 1991, com a entrada em vigor da Lei 8.213, que trata dos Planos de Benefícios da Previdência Social. A única aposentadoria que exige que o empregado se afaste do emprego é a por invalidez, uma vez que a incapacidade é fator determinante para concessão desse benefício.

Outra dúvida comum dos empregados que têm seus contratos de trabalho regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) se refere à aposentadoria especial, que é concedida pela Previdência a quem exerceu atividade insalubre.

O trabalhador, ao obter a aposentadoria especial, pode permanecer ou voltar a exercer a mesma atividade?

Não. De acordo com o artigo 48 do Decreto 3.048/99, o empregado pode até continuar na mesma empresa, mas não a exercer atividade insalubre. Enquadram-se nesse tipo de atividade aquelas realizadas sob condições insalubres que acarretem prejuízos à saúde do trabalhador, como os causados por exposição contínua e permanente a agentes químicos (exemplo: arsênio e berilios), físicos (ruídos, vibrações, radiações ionizantes etc.) e biológicos (microorganismos e parasitas infecto-contagiosos vivos).

Veja abaixo os quatro tipos de aposentadoria concedidos pela Previdência:

### Por tempo de contribuição

Para ter direito a esse benefício, integral, o trabalhador deve comprovar 35 anos de contribuição,

no caso dos homens, e 30 anos, se mulher, sem que tenha que comprovar idade mínima. Caso o trabalhador queria a aposentadoria proporcional, deve comprovar idade de, no mínimo, 53 anos de idade para os homens e 48 para as mulheres, além do tempo de contribuição de 30 anos para os homens e 25 anos para as mulheres.

### Por idade

Para a concessão desse benefício, a legislação previdenciária exige que o interessado tenha no mínimo 65 anos de idade (homens) e 60 anos (mulheres).

Além da idade, é necessário um tempo mínimo de contribuição que varia de 12 a 15 anos, dependendo da data de filiação do contribuinte à Previdência.

### Especial

Além de um tempo mínimo de serviço (15, 20 ou 25 anos), o interessado nessa aposentadoria deve comprovar que trabalhou exposto a agentes químicos, físicos ou biológicos nocivos à saúde. Essa comprovação é feita por meio de um documento chamado Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), emitido pela empresa e baseado no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho.

### Por Invalidez

Essa aposentadoria é concedida ao trabalhador que, por motivo de doença ou acidente, for considerado pela perícia médica do INSS incapaz para o trabalho. Para fazer jus a esse benefício, o trabalhador deve ter contribuído para a Previdência por no mínimo 12 meses, no caso de doença. Em se tratando de acidente não é necessária a carência, mas o segurado tem de estar inscrito na Previdência Social.

## Endividamento de aposentados atinge o limite

Os empréstimos com desconto em folha, os chamados créditos consignados, deverão crescer menos no ano que vem num dos segmentos que mais utilizou esta modalidade este ano: os aposentados e pensionistas do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Segundo estudo divulgado dia 6 de dezembro pelo Banco Central, 25% dos 19 milhões de aposentados e pensionistas estão endividados no limite e, por isso, não contratarão operações em 2006.

As regras do financiamento estabelecem um comprometimento máximo de 30% da renda mensal com o pagamento do crédito consignado.

Os dados levantados pelo BC mostram que existem hoje 4,8 milhões de contratos feitos pelos segurados do INSS com a rede bancária e quase 50% deles são de pessoas que ganham até um salário mínimo (R\$ 300). Cerca de 64% desse universo total fizeram empréstimos com prazos de 31 a 36 meses e a maioria usou o dinheiro para pagar dívidas antigas e mais caras. O estoque de empréstimos a esse grupo é próximo dos R\$ 10 bilhões. Para os técnicos, há potencial de aumento desse tipo de crédito en-



tre os trabalhadores da iniciativa privada, cujo saldo de empréstimos soma apenas R\$ 2,9 bilhões. O principal atrativo do crédito consignado, segundo o estudo, são as taxas de juros, que estão em média 12,73 pontos percentuais mais baratas ao ano que os juros cobrados no crédito pessoal. Essa foi uma comparação, feita por meio de uma amostragem de tomadores de créditos, pelos técnicos.

Em outro estudo apresentado no seminário, os técnicos apontaram que as aplicações obrigatórias de recursos pelos bancos em financiamentos nas áreas rural e habita-

cional acabam encarecendo o crédito para os demais segmentos da sociedade. Essa é, segundo apontaram, uma das causas para o elevado spread bancário (diferenças entre os juros cobrados pelos clientes nos empréstimos e os pagos na captação de dinheiro).

A conclusão da avaliação é de que os bancos tendem a se "ressarcir" de eventuais perdas nos empréstimos rurais e habitacionais - cujos juros são fixos - nos financiamentos às empresas e pessoas físicas com os recursos livres de direcionamento, onde podem definir os juros.

# Boletim nuclave nº 69

## PESQUISA MENSAL DA CLASSIFICAÇÃO DE ANÚNCIOS\*

OUTUBRO/2005

Total de anúncios :	1010	675	1685			
	ESTADÃO	%	FOLHA	%	TOTAL	%
<b>POSSUIR VEÍCULO</b>	409	40,50	200	29,63	609	36,14
<b>IDADE</b>						
18 a 25	85	8,42	70	10,37	155	9,20
25 a 35	15	1,49	10	1,48	25	1,48
35 a 40	1	0,10	0	0	0	0
Acima de 40	0	0	1	0,15	1	0,06
<b>ESCOLARIDADE</b>						
2º Grau	590	58,42	300	44,44	890	52,82
Técnico	31	3,07	11	1,63	42	2,49
Superior	16	1,58	9	1,33	25	1,48
Pós - Graduação	0	0	0	0	0	0
<b>REGIÃO QUE RESIDE</b>						
Norte	30	2,97	25	3,70	55	3,26
Sul	28	2,77	22	3,26	50	2,97
Leste	25	2,48	20	2,96	45	2,67
Oeste	21	2,08	17	2,52	20	1,19
Interior	298	29,50	165	24,44	463	27,48
Grande São Paulo	490	48,51	280	41,48	770	45,70
<b>TEMPO DE EXPERIÊNCIA</b>						
Até 3 anos	15	1,49	8	1,19	23	1,36
acima de 5 anos	5	0,50	2	0,30	7	0,42
Experiência comprovada	722	71,49	524	77,63	1246	73,95
<b>CONHEC. INFORMÁTICA</b>	140	13,86	210	31,11	350	20,77
<b>IDIOMAS</b>						
INGLÊS	12	1,19	8	1,19	20	1,19
ESPAÑHOL	2	0,20	1	0,15	3	0,18
ALEMÃO	0	0	0	0	0	0
FRANCÊS	0	0	0	0	0	0
<b>DISPONIB. P/ VIAGENS</b>	308	30,50	170	25,19	478	28,37
REGISTRO	722	71,49	524	77,63	1246	73,95
AUTÔNOMO	288	28,51	151	22,37	439	26,05

\* O levantamento levou em conta os títulos de Vendedores e Representantes nas datas de 02/09/16/23 e 30 e outubro de 2005.

NOVEMBRO/2005

Total de anúncios:	678	447	1125			
	ESTADÃO	%	FOLHA	%	TOTAL	%
<b>POSSUIR VEÍCULO</b>	215	31,71	178	39,82	393	34,93
<b>IDADE</b>						
18 a 25	95	14,01	65	14,54	160	14,22
25 a 35	16	2,36	12	2,68	28	2,49
35 a 40	2	0,29	1	0,22	3	0,27
Acima de 40	5	0,74	2	0,45	0	0
<b>ESCOLARIDADE</b>						
2º Grau	341	50,29	199	44,52	540	48,00
Técnico	19	2,80	14	3,13	33	2,93
Superior	9	1,33	6	1,34	15	1,33
Pós - Graduação	0	0	0	0	0	0
<b>REGIÃO QUE RESIDE</b>						
Norte	20	2,95	15	3,36	35	3,11
Sul	25	3,69	12	2,68	37	3,29
Leste	33	4,87	15	3,36	48	4,27
Oeste	21	3,10	16	3,58	37	3,29
Interior	120	17,70	165	36,91	285	25,33
Grande São Paulo	278	41,00	125	27,96	403	35,82
<b>TEMPO DE EXPERIÊNCIA</b>						
Até 3 anos	12	1,77	6	1,34	18	1,60
acima de 5 anos	3	0,44	1	0,22	4	0,36
Experiência comprovada	464	68,44	332	74,27	796	70,76
<b>CONHEC. INFORMÁTICA</b>	121	17,85	76	17,00	197	17,51
<b>IDIOMAS</b>						
INGLÊS	8	1,18	5	1,12	13	1,16
ESPAÑHOL	1	0,15	0	0	1	0,09
ALEMÃO	0	0	0	0	0	0
FRANCÊS	0	0	0	0	0	0
<b>DISPONIB. P/ VIAGENS</b>	110	16,22	80	17,90	190	16,89
REGISTRO	464	68,44	332	74,27	796	70,76
AUTÔNOMO	214	31,56	115	25,73	329	29,24

\* O levantamento levou em conta os títulos de Vendedores e Representantes nas datas de 06/13/20/27 de novembro de 2005.

## PESQUISA DE SALÁRIOS E CONDIÇÕES POR AMOSTRAGEM PROFISSIONAL DE VENDAS Extraídos do setor de homologações do SIVENVI

Ref: outubro/2005

TIPO DE REMUNERAÇÃO	
FIXO + COMISSÕES	9
SOMENTE FIXO	7
SOMENTE COMISSÕES	0

MÉDIA SALARIAL	
MÍNIMA	R\$ 2.208,33
MÁXIMA	R\$ 3.544,00

CLASSIFICAÇÃO POR ÁREAS	
INDÚSTRIA	9
COMÉRCIO	6
SERVIÇOS	2

Total de Homologações: 116 / Total de Amostragens: 17

Ref: novembro/2005

TIPO DE REMUNERAÇÃO	
FIXO + COMISSÕES	13
SOMENTE FIXO	8
SOMENTE COMISSÕES	1

MÉDIA SALARIAL	
MÍNIMA	R\$ 2.249,19
MÁXIMA	R\$ 4.410,89

CLASSIFICAÇÃO POR ÁREAS	
INDÚSTRIA	19
COMÉRCIO	4
SERVIÇOS	1

Total de Homologações: 106 / Total de Amostragens: 21

Chegamos aos 15 anos de conquistas, incorporadas na qualidade e no profissionalismo, que fez de você

### O PROFISSIONAL DE VENDAS.

Seguindo a evolução do mercado, programamos um elenco de cursos e palestras sobre temas atuais com a finalidade de levar até os profissionais informação e conhecimento de ponta. Participe dessa evolução!

## AGENDA DE EVENTOS JANEIRO E FEVEREIRO DE 2006

PALESTRA GRATUITA

### COMO FAZER UMA CARREIRA DE SUCESSO

Data: 23/jan  
Horário: 19h  
Dia da semana: segunda-feira  
Vagas: Limitadas



### PROFISSIONAL DE VENDAS



Programa: Os sete passos para a venda: conhecimento do produto, prospecção, abordagem, levantamento de necessidades, apresentação, fechamento e seguimento.

Início: 30/jan  
Término: 02/fev  
Horários: 9h-12h/19h-22h  
Dias da semana: segunda a quinta  
Carga horária: 12 horas  
Investimento: R\$ 80,00  
Inclui: Material didático, certificado e coffee-break.

# Boletim nuclave nº 69

## A ARTE DE ENCANTAR O CLIENTE

*Programa:* A criatividade na abordagem; descobrir necessidades x criar necessidades; priorizar o tratamento das informações; ajudar o cliente a entender e processar informações; assumir a postura de orientador facilitador.

Início: 06/fev  
 Término: 09/fev  
 Horários: 9h-12h/19h-22h  
 Dias da semana: segunda a quinta  
 Carga horária: 12 horas  
 Investimento: R\$ 80,00  
 Inclui: Material didático, certificado e coffee-break.



## TÉCNICAS ESSENCIAIS PARA VENDAS

*Programa:* Características profissionais prioritárias; imagens; técnicas de apresentação pessoal; negociação; preparação e fechamento; técnicas de vendas; planejamento - conceito; objeções; argumentações; preço; produto e cliente.

Início: 06/mar  
 Término: 09/mar  
 Horários: 9h-12h/19h-22h  
 Dias da semana: segunda a quinta  
 Carga horária: 12 horas  
 Investimento: R\$ 80,00  
 Inclui: Material didático, certificado e coffee-break.



## CURSOS E PALESTRAS IN COMPANY

As atividades desta programação podem ser desenvolvidas exclusivamente para os profissionais de sua empresa, adaptando o conteúdo dos cursos, conforme suas necessidades.

## INFORMÁTICA

*Programa:* Introdução à informática, Windows, Word, Internet e Excel.



Término: 30/mar  
 Horários: 18h-19h30/19h45-21h15  
 Dias da semana: segunda a quinta  
 Carga horária: 40 horas  
 Investimento: R\$ 200,00  
 Inclui: Material didático, certificado e coffee-break.

## ATENDER X VENDER - A DIFERENÇA QUE FAZ O SUCESSO EM VENDAS

*Programa:* Como atender corretamente de maneira clara e objetiva; como compreender e lidar com o cliente; a importância da comunicação e a busca do aperfeiçoamento; diferenças fundamentais entre os diversos clientes e como superar suas expectativas.



Início: 13/mar  
 Término: 16/mar  
 Horários: 9h-12h/19h-22h  
 Dias da semana: segunda a quinta  
 Carga horária: 12 horas  
 Investimento: R\$ 80,00  
 Inclui: Material didático, certificado e coffee-break.

## NEGOCIAÇÃO FOCO EM RESULTADOS

*Programa:* Negociação ganha/ganha; barreiras da comunicação; abordagem facilitadora; papéis na negociação e estruturas das negociações.

Início: 13/fev  
 Término: 16/fev  
 Horários: 9h-12h/19h-22h  
 Dias da semana: segunda a quinta  
 Carga horária: 12 horas  
 Investimento: R\$ 80,00  
 Inclui: Material didático, certificado e coffee-break.



## PAGAMENTO

Através de depósito bancário em nome do Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio no Estado de São Paulo - Banco Itaú - Agência 0725 C/C nº 88205-4.

Enviar o comprovante de depósito para validar a inscrição pelo fax: (11) 3104-2387. O participante que não puder comparecer ao evento em que se inscreveu terá o valor do seu pagamento garantido como crédito para novas inscrições por 12 meses.

## A carroça

Uma das grandes preocupações de nosso pai, quando éramos pequenos, consistia em fazer-nos compreender o quanto a cortesia é importante na vida. Por várias vezes percebi o quanto lhe desagradava o hábito que têm certas pessoas de interromper a conversa quando alguém está falando. Eu, especialmente, incidia muitas vezes nesse erro. Embora visivelmente aborrecido, ele, entretanto, nunca ralhou comigo por causa disso, o que me surpreendia bastante. Certa manhã, bem cedo, ele me convidou para ir ao bosque a fim de ouvir o canto dos pássaros. Aceitei com grande alegria e lá fomos nós, umedecendo nossos calçados com o orvalho da relva. Ele se deteve em uma clareira e, depois de um pequeno silêncio, me perguntou: - Você está ouvindo alguma coisa além

do canto dos pássaros? Apurei o ouvido alguns segundos e respondi: - Estou ouvindo o barulho de uma carroça que deve estar descendo pela estrada. - Isso mesmo... Disse ele. É uma carroça vazia... De onde estávamos não era possível ver a estrada e eu perguntei admirado: - Como pode o senhor saber que está vazia? - Ora, é muito fácil saber que é uma carroça vazia. Sabe por que? - Não! Respondi intrigado. Meu pai pôs a mão no meu ombro e olhou bem no fundo dos meus olhos, explicando: - Por causa do barulho que faz. Quanto mais vazia a carroça, maior é o barulho que faz.



Não disse mais nada, porém deu-me muito em que pensar. Tornei-me adulto e, ainda hoje, quando vejo uma pessoa tagarela e inoportuna, interrompendo intempestivamente a conversa de todo o mundo, ou quando eu mesmo, por distração, vejo-me prestes a fazer o mesmo, imediatamente tenho a impressão de estar ouvindo a voz de meu pai soando na clareira do bosque e me ensinando: - Quanto mais vazia a carroça, maior é o barulho que faz!

(Autor desconhecido)

## PROGRAMAÇÃO NEUROLINGÜÍSTICA APLICADA EM VENDAS

*Programa:* Introdução à Programação Neurolingüística; os três tipos de compradores e como vender a cada um deles; como influenciar e vender para todos os tipos de pessoas com a PNL; técnicas de vendas e PNL juntas no ato da venda.



Início: 20/fev  
 Término: 23/fev  
 Horários: 9h-12h/19h-22h  
 Dias da semana: segunda a quinta  
 Carga horária: 12 horas  
 Investimento: R\$ 80,00  
 Inclui: Material didático, certificado e coffee-break.

COMEMORAÇÕES

# Sinvenpro: Eleição e posse da nova diretoria

O Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Estado da Paraíba - Sinvenpro promoveu eleições para escolha da nova diretoria, em 23 de outubro último. Foram eleitos:

**Diretoria - Efetivos:**

Marcos Roberto de Góes Belfort  
Valdir Santana da Silva  
Heraldo Limeira Aires  
Francisco Marcondes Lins  
Carlos Alberto Gonçalves  
Roberlando Veras Oliveira  
Antonio Anízio Soares Vilar

**Suplentes:**

Maria das Graças B. Guedes  
Sílvio Mota de Sousa  
Carlos Alberto Oliveira Rodrigues  
Paulo Sérgio C. do Egito  
Gilson Barbosa Tito  
Ildo Reinaldo Ferreira Filho  
Aralto Bomfim Alves

**Conselho Fiscal - Efetivos:**

Agnaldo Marques Mendonça Jr.  
Euclides Batista de Sousa Jr.  
Adaílton Albuquerque Cavalcante

**Suplentes:**

José Araújo Barbosa Almeida  
Geraldo Duarte Espínola Júnior  
Herbert Góis Romeiro

**Delegados Representantes junto a Fenavenpro:**

Marcos Roberto de Góes Belfort  
José Correia de Crasto Neto

**Suplentes:**

Cláudio Romero Cavalcanti  
Hertz Pires Pina

Dia 29, do mesmo mês, no salão de recepções do Hotel Village, em Campina Grande, houve a cerimônia de posse, dirigida por Edson Ribeiro Pinto, presidente da Fenavenpro e do SindVend.



Deputado Rômulo Gouveia (presidente da Assembléia Legislativa da Paraíba), Edson Ribeiro Pinto e Marcos Roberto de Góes Belfort



Dr. Paulo Matias de Figueiredo (assessor jurídico do Sinvenpro), Belfort, Edson, Eraldo César e representante do governador Cássio Cunha Lima



Belfort recebe cumprimentos de Edson



Equipe eleita do Sinvenpro

João Batista de Souza (presidente irmão PE), dr. Paulo Matias Figueiredo, Rômulo Gouveia, Marcos Belfort, Edson Ribeiro Pinto, Eraldo César, dr. Sarmiento (presidente do Sindicato dos Médicos de Campina Grande), Dinarte Maia (presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas da Paraíba)



## Conviver XXV “fechou” 2005

O último Conviver deste ano foi comemorado intensamente pelos associados e aniversariantes. Como sempre, houve muitas atividades, já que, com o “feriadão”, todos estavam mais descontraídos e participaram de muitas brincadeiras e o lazer esteve em alta. De fato, foi uma festa inesquecível. Com muita música e os “parabéns pra você” entoado por todos. Veja algumas fotos do evento.



Na ausência de Edson, que estava em reunião da U.LA.VLM, em Assunção (Paraguai), Guilherme Rodolpho Ertner (ao centro) deu início à festa



Marcos Virgílio e Jorge Evangelista colaboraram na festa



“Parabéns pra você...” estava bem ensaiado pelos presentes



Os presentes dos aniversariantes

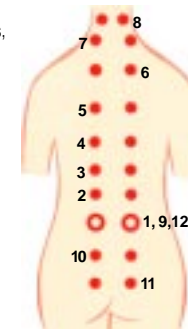


O bolo (delicioso!) esteve concorrido

### MIGUN - UM NOVO CONCEITO DE SAÚDE

Além do Aparelho Térmico Terapêutico, O CASARÃO oferece sessões de Shiatsu, Quiropraxia e Moxabustão

- 7. Doenças nos olhos, dificuldade de audição, cefaléia, cataratas, amigdalite, tireóide
- 5. Doenças cardíacas, cirrose hepática, fígado com colesterol acumulado, arteriosclerose
- 4. Doenças pulmonares, asma, icterícia (amarelato)
- 3. Doenças gástricas, disfunção gástrica
- 2. Tratamento intestinal, congestionamento, estufamento abdominal, diarreia
- 10. Diabetes, congestionamento intestinal, anomalia menstrual, doenças de órgãos reprodutores



- 8. Força de equilíbrio, rinite, insônia, neurastenia
- 6. Pressão alta e baixa, dor na espádua, formigamento e dormência nas mãos
- 13. Diabetes, doenças do estômago, gastroptose
- 14. Gastrite, enterite, dor abdominal, obesidade
- 15. Congestionamento intestinal, perda da virilidade, dor abdominal, disfunção menstrual
- 1. Força de equilíbrio, doenças renais, inflamação na bexiga, prostatomegalia
- 9. Cansaço reural. Próstata, hérnia de disco
- 12. Obesidade, escleracimento mental, dor de cabeça
- 11. Prostatomegalia, bexiga, nervo ciático

CUIDE DE SUA SAÚDE E DO SEU BEM-ESTAR. TELEFONE E MARQUE UMA SESSÃO.



MIGUN

### O CASARÃO

Rua Santo Amaro, 436 - Casa 2 - Bela Vista - SP  
Tel.: 11 3115-3793 - Hilda



FENAVENPRO

# 105ª Reunião de Conselho de Representantes

A reunião anual contou com 25 delegados votantes que debateram entre outros temas a “Reforma Sindical no Brasil”, “O Papel dos Genéricos” e a filiação da Fenavenpro à Nova Central Sindical de Trabalhadores. Os membros do Conselho demonstraram preocupação com a política econômica e social do Governo Lula e com as propostas de Reforma Sindical que, segundo eles, “ameaçam a organização sindical e os direitos trabalhistas”

Eles destacaram a luta da Fenavenpro em prol dos trabalhadores, especialmente os vendedores viajantes e propagandistas de produtos farmacêuticos e agradeceram pelo incentivo e contribuição aos 27 Filiados durante o ano de 2004.

O evento ocorreu no Espaço Antonio Carlos de Amorim, da Colônia de Férias do Sindicato dos Empregados Vendedores Viajantes do Comércio no Estado de São Paulo - SindVend -, em Praia Grande, litoral santista, nos dias 24 e 25 de novembro passado.

**“Sejam bem-vindos, companheiros!”**



O presidente da Fenavenpro, Edson Ribeiro Pinto, entre os diretores Reginaldo Damiano (ES) e Ayrton de Almeida (RJ), abriu os trabalhos desejando boas-vindas

aos co-irmãos: “Para nós é uma alegria a presença de todos na Colônia e um privilégio poder oferecer-lhes a possibilidade de curtir o recanto dos vendedores.”

## Conselho Fiscal da Fenavenpro aprova contas da entidade

Os membros do egrégio Conselho Fiscal da Fenavenpro, José Guimarães Alves (RJ), Alvaro Nascimento Filho (PA) e José da Silva Cordeiro (SC), acompanhados do con-

tador, Jorge Leal, após examinarem os itens e documentos da entidade, aprovaram as contas do ano de 2004, a suplementação orçamentária de 2005 e a previsão para 2006.

## Diretores da Fenavenpro aceitam filiação à NCST

Os diretores da entidade realizaram em Praia Grande a penúltima reunião anual da entidade e o assunto em destaque foi à filiação a Nova Central Sindical dos Trabalhadores, aceita por todos sem restrição.

Além do tema, os diretores debateram estratégias para a derrubada da

Reforma Sindical, entre elas citaram: “A orientação da Fenavenpro aos seus 27 Filiados é que tentem sensibilizar os parlamentares no sentido de aprovarem Moção de Repúdio a PEC 369 que tramita no Congresso Nacional.”



## Conselho de Representantes aprova contas da Fenavenpro

Após a leitura do Edital de Convocação por Ayrton de Almeida, publicado no Diário Oficial da União, o presidente do Conselho Fiscal da Fenavenpro, José Guimarães Alves, entrega aos componentes da mesa as contas e balanços da entidade. Os documentos foram aprovados pelo Conselho de Representantes.



### HOMENAGENS

#### Título de Benemérito

O diretor do Sindicato dos Vendedores Viajantes no Estado do Rio Grande do Sul (Sivevi), Adão Severo Pinto, recebeu o Título de Benemérito, conferido pela Fenavenpro. O Diploma, entregue pelo diretor da entidade, Ayrton de Almeida, teve a indicação de Olímpio Coutinho na reunião do Conselho de Representantes realizada no Rio, em julho de 2004, aprovada por unanimidade pela plenária.

#### Placa Comemorativa

A presidente do Sempreviajavend, Filiado da Fenavenpro no Distrito Federal, Maria Aparecida Lopes, recebeu do presidente do Sindvendas, Paulo Guardalupe, co-irmão de Goiás, placa comemorativa oferecida pela Federação, em reconhecimento ao trabalho desenvolvido pela nova gestão no Sindicato, que no dia 25 de outubro passado completou 30 anos.

## Conselho de Representantes da Fenavenpro decide pela filiação à Nova Central Sindical de Trabalhadores

Após revogar a recomendação anterior do Conselho de que a Fenavenpro não se filiasse a nenhuma Central, o presidente da entidade, Edson Pinto, destacou em sua explanação aos 25 delegados votantes: “A decisão por filiar-mos à Nova Central se deu frente as suas propostas que, sem dúvida, revelam a expressão do legítimo sindicalismo e a vontade de milhões de trabalhadores, insatisfeitos com a proposta de Reforma Sindical do Governo.”

O líder sindical lembrou ainda que

a Nova Central, alicerçada em princípios éticos e valores humanos, reitera a defesa do sistema confederativo de representação sindical, a garantia do custeio compulsório, a organização dos trabalhadores por categoria profissional, a manutenção integral do Art. 8o da Constituição Federal, a garantia de plenos direitos sindicais para os servidores públicos, a permanência e abrangência das categorias diferenciadas, a defesa da unicidade sindical e o aperfeiçoamento da estrutura sindical vigente.



A proposta de filiação à Nova Central Sindical de Trabalhadores foi aprovada por unanimidade pelos 25 delegados votantes.

Edson opinou: “Ela já nasceu grande porque surgiu de dentro do nosso movimento, ou seja, das Confederações e Federações e já ganhou adesão da maioria dos Estados do País.”



## FENAVENTRO



# O papel dos genéricos no Brasil

por Edson Ribeiro Pinto - presidente da Fenavenpro

“Desde o lançamento dos medicamentos genéricos que a Fenavenpro promove a sua divulgação a âmbito nacional e internacional por acreditar que os produtos avançam com eficácia, segurança e qualidade e quem ganha é o consumidor”, garantiu o presidente da Fenavenpro em palestra ministrada na Reunião de Conselho de Representantes da entidade.

Segundo Edson, com a evolução e tecnologia dos genéricos, milhares de brasileiros que não tinham condições financeiras de se medicar encontraram nos produtos tratamento adequado, opção de qualidade, já que só podem chegar ao consumidor depois de passarem por rigorosos testes de equivalência farmacêutica e bioequivalência e, sobretudo economia: “A queda nos custos dos medicamentos em média 45% menos, sem dúvida, representa um efetivo aumento no poder de aquisição do salário do trabalhador de todas as classes”, afirmou o líder sindical.

## Mercado mundial

Segundo dados da Pró Genéricos - Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos - que congrega os principais laboratórios envolvidos na produção e comercialização de medicamentos genéricos no país, apresentados por Edson durante a palestra, os produtos foram lançados inicialmente em avançados países como EUA, Canadá, Alemanha, Inglaterra e rapidamente conquistaram a confiança da classe médica e da população com mais de 30% na participação do mercado. Sem contar o crescimento mundial que alcança cerca de 20% ao ano.

O Panorama Setorial da Pró Genéricos aponta ainda que todas estas conquistas também chegaram ao Brasil. Nos primeiros quatro anos de comercialização os genéricos alcançaram a marca de mais de quatro mil apresentações abrangendo as principais classes terapêuticas e atendendo a mais de 60% das necessidades de prescrições médicas.

Para Edson o mercado de genéricos no País está consolidado e é o segmento que mais cresce na indústria farmacêutica brasileira: “Seguindo rigorosamente as normas de especificações internacionais, este Programa em pouco tempo está se tornando um sucesso”.

Os testes de equivalência farmacêutica são realizados in vitro por laboratórios credenciados pela Anvisa e comprovam que o medicamento genérico é equivalente ao inovador, ou seja, contém o mesmo princípio ativo na mesma dosagem e forma farmacêutica. Já o teste de bioequivalência realizado em seres humanos mostra que o medicamento genérico apresenta a mesma biodisponibilidade que o medicamento inovador no organismo.

## Evolução do Mercado de Genéricos

Desde que foram introduzidos no país, de acordo com a Pró Genéricos, os medicamentos têm promo-

vido um movimento industrial sem precedentes no setor farmacêutico buscando ampliar a oferta para a população.

O perfil institucional da Pró Genéricos comprova também que as empresas aumentaram a capacidade produtiva gerando mais empregos e receita para o País, fortalecendo a indústria local e colocando o Programa brasileiro dos produtos em posição de destaque. As exportações também ganharam peso com grandes expectativas de crescimento nos próximos anos.



As empresas associadas a Pró Genéricos, que concentram mais de 90% das vendas dos genéricos no País, ampliam o debate público com diversos setores da sociedade sobre as questões fundamentais da saúde e contribui para o desenvolvimento da indústria farmacêutica no país.

## Lei dos Genéricos

Em 1993, período de fortes reajustes nos preços dos remédios, pelo setor farmacêutico, que entrou em choque com o governo Itamar Franco, o ex-ministro da Saúde Jamil Haddad criou o Decreto dos Genéricos que reduzia os preços dos produtos em média 40%.

Em fevereiro de 1999 o Governo sancionou a Lei 9787, na opinião do presidente da Fenavenpro “uma das mais importantes e bem incrementadas iniciativas para promover o acesso a medicamentos no país.”\*

\* Palestra proferida no Seminário organizado pela U.L.A. Vi.M (União Latino Americana de Visitadores Médicos), em Assunção, Paraguai, de 10 a 12 de novembro de 2005.

## PALESTRAS

A discussão da Reforma Sindical proposta pelo Governo Lula que vem causando acalorados debates nas bases dos Sindicatos e põe em jogo o futuro do sindicalismo foi tema de duas palestras durante a 105ª Reunião de Conselho de Representantes da Fenavenpro

Confira como uma juíza e um sindicalista avaliaram a proposta de Reforma Sindical tão explosiva, complexa e vasta.

## Reforma Sindical do Governo desagrada sindicalistas

por Antônia Mara Vieira Loguercio - advogada trabalhista por 15 anos e juíza do Trabalho da IV Região desde 1994

A juíza, após explanar o que seria, na sua opinião, as vertentes que levaram à apresentação do projeto de Reforma Sindical, apresentou um comparativo entre o texto atual da Constituição e a PEC nº 369, salientando que o projeto do Governo ainda não foi enviado ao Congresso e o que está agora em discussão é o substitutivo de autoria do deputado Tarcísio Zimmermann (PT-RS), ao PL nº 1.528/89, do ex-deputado Jones Santos Ne-

ves, que regulamenta o artigo 8º da Constituição.

### Inconformidade

Para a magistrada, a primeira das vertentes que levaram à apresentação da proposta de Reforma é a inconformidade de alguns setores sindicais que propõem há mais de trinta anos uma profunda reforma na estrutura sindical brasileira, porque consideram-na autoritária,

fruto do modelo fascista e não responde às necessidades do mundo do trabalho atual. Para tais setores, o Brasil deveria adotar a Convenção 87 da OIT e revogar a unicidade sindical, o imposto sindical e o Poder Normativo da Justiça do Trabalho.

A juíza, que é defensora intransigente da unicidade sindical e considera o imposto sindical “uma grande sacada e o mais democráti-



## FENAVENPRO



co de todos”, nega que o Poder Normativo da Justiça do Trabalho liquida os trabalhadores e impede a greve.

### Influência européia

Mara Loguercio apontou, além da inconformidade, outras vertentes que propiciam a proposta de Reforma Sindical, além dos resultados advindos com a Constituição da República Federativa de 88. “A nova realidade do mundo do trabalho, hoje existe e não adianta querermos tapar o sol com a peneira, e finalmente, o receituário neoliberal que também fomenta alterações, impondo a flexibilização dos direitos dos trabalhadores”, acrescentou.

Quanto à influência que o sindicalismo brasileiro sofreu do europeu, a magistrada atribuiu não apenas à participação de setores sindicais nas organizações internacionais, mas basicamente à formação de assessores jurídicos das entidades: “Os advogados fizeram curso de pós-graduação na Europa e não conseguem enxergar as diferenças entre o nosso sindicalismo e o lá de fora”, ironizou, com destaque absoluto para o fato que na Europa toda vige a Convenção 158 da OIT, que garante a estabilidade no emprego e que foi adotada pelo Brasil e denunciada de forma ilegal e inconstitucional pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

### Resultados da Constituição Federal Brasileira de 1988

A desorganização sindical por falta de um Estatuto mínimo, a proli-

feração de Sindicatos, a indefinição de categoria e a indefinição da Organização por Local de Trabalho, que ainda está para ser regulamentada, foram alguns resultados da Constituição Federal de 1988 apontados pela juíza.

Mara Loguercio citou ainda três interpretações equivocadas dos Tribunais trabalhistas, que prejudicaram muito o trabalhador e, sem dúvida, são fatores que exigem a Reforma Sindical para ser corrigidos: “A substituição processual, que foi prejudicada pelo entendimento do Enunciado nº 310 hoje cancelado pelo TST, a contribuição assistencial, que se pretendia devida apenas pelos associados, embora a Constituição prevja o desconto de toda a categoria e o artigo 522 da CLT que foi ressuscitado, alguns anos depois de ter sido sepultado pela liberdade sindical, assegurada na Constituição, opinou a juíza.

### Novidades no mundo do trabalho

Mara Loguercio chamou a atenção dos sindicalistas para o que mudou de verdade e o que mudou só na aparência no mundo do trabalho. Entre as mudanças efetivas, o desenvolvimento científico e o tecnológico, o desemprego estrutural e conjuntural, a desindustrialização, a terceirização, as profissões extintas, a divisão sindical profissional e a flexibilização.

Já nas mudanças aparentes a magistrada apontou a alteração meramente nominal de práticas já existentes, a transferência do trabalho dos empregados para os próprios usuários, a opção política entre

desenvolver o país e pagar a dívida externa, o aumento do setor de serviços, o ilícito trabalhista, “traduzido” em informalidade e desregulamentação, as profissões novas, a necessidade de sindicalização por atividade e a fragilidade sindical que permite a flexibilização.

A juíza disse ainda que a retirada de direitos trabalhistas começou na Constituição de 1988 permitindo a flexibilização, por negociação coletiva, de duas questões mais caras, em todos os pontos de vistas: “Cara no sentido do custo social e cara no sentido de querida, para qualquer trabalhador, que são o salário e a jornada”, lamentou.

### Receituário neoliberal

Segundo a juíza, as características básicas do receituário neoliberal são a terceirização, a flexibilização e principalmente a exploração abu-



Mara Loguercio ficou impressionada com a estrutura do Sindicato dos Vendedores: “*You sair daqui levando do Sindicato e da Federação dos Vendedores Viajantes e Propagandistas de Produtos Farmacêuticos a melhor das impressões em termos de organização sindical*”

siva do trabalho. A fragilidade da estrutura sindical, também em função do desemprego, e a prevalência do negociado sobre o legislado é outra proposta neoliberal.

A juíza do Trabalho Mara Loguer-

cio concluiu a palestra fazendo uma análise da PEC 369/05 que trata da Reforma Sindical e apresentou algumas propostas alternativas. Em seguida a plenária do Conselho de Representantes participou do debate.

*O Brasil tem ao todo cerca de 16 mil juízes entre trabalhista, civil, penal etc., para 160 milhões de habitantes. Na Alemanha existiram, há mais de cinco anos, 81 mil juízes para 60 milhões de habitantes.*



Os membros do Conselho receberam a Juíza cantando o Hino do Viajante, letra e música do maestro Nelson Ferreira. O orgulho das categorias foi lançado no VI Congresso Nacional de Viajantes, Vendedores e Representantes Comerciais do Brasil, em maio de 1962, realizado em Recife, Pernambuco

## Organização sindical e direitos trabalhistas ameaçados pelo Governo Lula

FOTO: TANIA MARIA DE OLIVEIRA



por Luiz Fernando Nunes - presidente do Sinproverj e diretor da Fenavenpro

Nunes: “*Não podemos permitir que o Governo Lula acabe com os nossos direitos*”

Após mencionar a crise política que atinge o Governo Lula, o sindicalista destacou: “O sistema sindical e os direitos trabalhistas sempre sofreram ameaças de governos anteriores, mas a intenção deste é acabar definitivamente com a unicidade sindical, com as contribuições sindicais compulsórias e extinguir o conceito de categoria profissional”, lamentou Luiz Fernando.

O líder sindical disse ainda que o espanto maior é que este governo, dito dos trabalhadores e dirigido por ex-sindicalistas, a todo o momento apresenta medidas e propostas absurdas e malélicas ao trabalhador e citou exemplos: “São dezenas de Propostas de Emendas Constitucionais expedidas pelo Ministério do Trabalho, Requerimentos e Medidas Provisórias do Executivo que têm a clara inten-



## FENAVENPRO



ção de destruir direitos conquistados com o suor da classe trabalhadora há mais de 60 anos”, assinalou.

O sindicalista, ao se referir ao Fórum Nacional do Trabalho, ressaltou que o sistema confederativo não participou dos debates, mas em contrapartida foi criado o Fórum Sindical dos Trabalhadores que apresentou o Projeto de Lei 4554/04, de co-autoria do deputado federal Sérgio Miranda (PDT-MG). Luiz Fernando alertou: “Porém, o deputado Tarcísio Zimmermann (PT-RS), para atrapalhar o processo, apresen-

tou um parecer reformulado ao substitutivo do PL nº 1528/89, do ex-deputado Jones Santos Neves, que regulamenta o art. 8º da Constituição, alterando itens importantes do texto”. Ele complementou que a previsão é de que o Projeto de Zimmermann seja votado na Comissão de Trabalho até o final do ano.

Luiz Fernando salientou que a Proposta de Emenda Constitucional 369/05 que trata da Reforma Sindical é inconstitucional, antidemocrática e destrói a liberdade das organizações sindicais, mas alertou que a mesma tramita no Congresso. O sindicalista sugeriu à

plenária: “A recomendação da nossa Federação é que pressionemos os vereadores e deputados de nossas bases no sentido de aprovarem a Moção de Repúdio a PEC 369. Mãos à obra companheiros!”, finalizou o sindicalista.

A plenária ouviu atenta a palestra de Nunes e observou: “O nosso trabalho nas bases é para alertar os parlamentares para os perigos dessa Reforma Sindical que o governo insiste em aprovar através de Propostas de Emendas Constitucionais, Projetos de Lei, Requerimentos etc.”

## Sorteio de brindes

O Sindvendas ofereceu duas camisas oficiais do Goiás Esporte Clube para serem sorteadas entre os co-irmãos. Os contemplados foram José Jackson (presidente do Sindven /Sul e Sudoeste da BA) e Amílcar (diretor do SindVend /SP).

## Aniversariantes comemoram em alto estilo

O assessor jurídico da Fenavenpro, Ariosto Faleiro, e o ex-vereador do Rio, Ricardo Maranhão, receberam da diretoria do SindVende do Conselho de Representantes, homenagem surpresa pela passagem do aniversário, realizada no salão de festas da Colônia. O gostoso bolo foi confeitado pelo buffet da Colônia.

*Reportagem de Tania Maria de Oliveira - assessora de comunicação da Fenavenpro*

## Pessoal de apoio

Além de todo o *staff* da Colônia, a reunião contou com o apoio de simpáticos, dedicados e competentes funcionários da Fenavenpro.



As recepcionistas se desdobraram para atender a todos



Fernanda e Mônica acompanham o City Tour



Fernanda examina a lista dos convidados



Modernos ônibus conduziram o pessoal para conhecer o extenso litoral de Praia Grande

## EXPEDIENTE



Este jornal é Órgão Oficial do Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio no Estado de São Paulo

• **Redação e Administração:**  
R. Santo Amaro, 255 - Bela Vista - SP - CEP 01315-903.  
Tel.: (0xx11) 3107-4531 - Fax: (0xx11) 3106-3750  
Registrado no DNPI sob nº 253.158.

• **Presidente:** Edson Ribeiro Pinto

• **Diretor-Secretário:** Cláudio Menegassi

• **1º Tesoureiro:** Amílcar O. C. de Andrade

• **Jornalista responsável:** Lilly D. Portella (MTb 10.394)

• **Editoreção eletrônica:** Lucía Silveira da Motta

• **Fotos:** Arquivo e “Camarão”  
*Esta é uma publicação bimestral, com distribuição gratuita.*

• **Home-page:** [www.sindvend.com.br](http://www.sindvend.com.br)

• **Impressão:** GZM Editorial e Gráfica S.A.  
*(As matérias assinadas não refletem, necessariamente, a opinião deste jornal).*